

PATRIMÔNIOS HISTÓRICO-CULTURAIS: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O URBANO E O RURAL ATRAVÉS DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Elaine Corsi
Faculdade de Educação de Uberaba
elacorsi@uol.com.br

RESUMO

Hoje, o pequeno produtor rural passa por dificuldades para manter sua propriedade. Tentando encontrar novas perspectivas para esse trabalhador do campo, propomos o turismo cultural como mais uma fonte de renda complementando seu orçamento, porém preocupando-se com o tipo de turistas para essas atividades para que não haja desvalorização, depredação ou destruição do patrimônio cultural dessas comunidades receptoras.

Palavras-chave: *trabalhador rural, pluriatividade, sustentabilidade, turismo cultural, renda complementar.*

HISTORICAL-CULTURAL PATRIMONIES: A NEW PERSPECTIVE FOR THE URBAN AND THE RURAL THROUGH THE MAINTAINABLE TOURISM

ABSTRACT

Today the small farmer goes by difficulties to maintain its property. Trying to find new perspectives for this farmer, we propose the cultural tourism as more as an additional income to improve his budget, even so careful with the kind of tourist that will come in order not to have depreciation, despoilment or destruction of the cultural assets and the culture of these host communities.

Keywords: *Rural worker, pluriactivity, sustainability, cultural turism, supplementary source of income.*

INTRODUÇÃO

Sabemos que não é de hoje que o pequeno agricultor vem enfrentando grandes dificuldades para manter sua propriedade produtiva e sustentar sua família. Esse processo de dilapidação

que vem acompanhando o agricultor se deve a vários fatores como a falta de capital, empréstimos rurais a juros altos, falta de incentivo governamental. Apesar de sabermos desse descaso, não entraremos profundamente nessas questões. Vamos, sim, tentar delinear e propor

Recebido em: 18/08/2003
Aceito para publicação em: 07/11/2003

novas perspectivas para o homem do campo.

Hoje se discute muito a possibilidade de turismo em algumas regiões, através do turismo rural, ecoturismo e fazendas hotéis. Acreditamos que o momento seja propício e que estas alternativas venham de encontro com a necessidade do trabalhador rural criando possibilidades de uma sobrevivência mais digna.

A pluriatividade (turismo) vem neste caso como proposta de suprir essa necessidade e propor um novo desafio para as relações, até hoje, estabelecidas no campo.

A idéia de pluriatividade no campo tomou “corpo” na Europa quando uma parte significativa dos agricultores resistiam a intensa profissionalização e especialização no campo e quando na década de 1980 houve a crise Européia de superprodução. Esta fez com que os agricultores invertessem o processo de produção, procurando diversificar não apenas as culturas, como também, as atividades.

Essas novas atividades trazem para o agricultor e sua família outras perspectivas. No Brasil, como o latifúndio é predominante, poucos

autores se dedicaram a essa discussão, porém é necessário pensar que não é porque o latifúndio é predominante em nossa estrutura agrária que vamos ignorar a importância da pequena agricultura no Brasil, seja em termos sociais seja nos econômicos, como já foi demonstrado por inúmeros estudos acerca de contextos e momentos diferenciados de nossa história, que destacaram desde a importância dos pequenos agricultores como reserva de mão-de-obra até seu papel de destaque na produção de alimentos para abastecimento do mercado interno (ALENTEJANO 1999, p. 157).

Ao se estudar alguns autores como Alentejano (1999), Rauschmann (2000), chegamos à conclusão que, na verdade, o setor terciário é o que mais tem gerado empregos no campo nesses últimos anos. No Sul, na região do Vale do Itajaí- SC desde o início do século XIX a indústria têxtil já empregava em regime parcial os camponeses da região. Foi fundamental o papel dessa indústria na reprodução das colônias, pois permitiam a associação do trabalho industrial ao agrícola, permitindo ao agricultor que permanecesse em sua terra evitando o êxodo rural. Todavia, o trabalho terciário trouxe certa dubiedade

como: o complemento de salário em contrapartida a elevação brutal da jornada de trabalho, o aumento (abusivo) dos lucros empresariais, pois esse salário por ser um complemento, poderia ser mais baixo tornando a remuneração paga ao conjunto dos trabalhadores da indústria bem inferiores ao que seria pago em outra situação. O processo de terceirização não pára por aí. Algumas indústrias para se livrarem das pressões salariais e sindicais que nas grandes cidades já acontecia, por estarem os sindicatos organizados, mudaram-se para o interior, mantendo assim os salários mais baixos possibilitando flexibilidade no horário, transformando os pequenos agricultores em PLURIATIVOS, já que esses completavam seus salários nas indústrias, mas não deixavam a agricultura.

No Rio de Janeiro estudos sobre pluriatividade são mais recentes, mas encontramos algumas regiões como Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo. Nessas áreas o turismo já tem sido uma alternativa na manutenção da atividade agrícola e também é uma forma de preservar o patrimônio familiar, minimizando o problema do êxodo rural, que por ausência de

políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar tem dificultado a permanência do homem no campo. Se a pluriatividade “impõe” horas de trabalho a mais para uns, lucros abusivos para outros (empresários), ela proporciona outras alternativas que até então o homem do campo não “conhecia”. Como exemplo, o turismo movimenta o espaço rural onde se pode implantar fazendas-hotéis, vendas de doces caseiros, venda de hortifrutigranjeiros de melhor qualidade, agregando valor a esses produtos, assim como aumento de bares, restaurantes, pousadas e abrindo-se novas frentes de trabalho como: pedreiros, caseiros, lavadeiras e outros que surgem com a chegada do **turismo**. Para essa discussão iniciamos o trabalho mostrando os problemas do homem do campo na atualidade, principalmente o pequeno produtor e como o turismo pode ajudá-lo e a comunidade entorno, gerando renda extra, mas com a grande preocupação de não agredir ou descaracterizar a cultura das comunidades. Para isso, em um segundo momento, propomos o estudo sobre o patrimônio cultural (exemplares arquitetônicos) existentes no local e o tipo de turistas que se encaixam nas

novas perspectivas para a manutenção desse patrimônio e a difusão (divulgação) dessas “culturas” mantendo e/ou revigorando a auto-estima das comunidades.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Quando falamos em turismo rural como uma nova possibilidade para o homem do campo não devemos nos esquecer que se essa nova possibilidade apresenta várias soluções, pode apresentar também alguns problemas que devemos ter muito cuidado em não criá-los. O conceito de turismo sustentável foi desenvolvido para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente, propõe também, uma divisão mais justa de convivência, sem que nenhum dos parceiros venha a sofrer conseqüências danosas e procurando o equilíbrio entre o econômico e a conservação do meio ambiente.

Embora no Brasil o turismo rural se apresente como um fato novo, na Europa essas atividades recreativas, já existiam desde o século XIX. Na Europa, assim, como no Brasil o crescimento do turismo tem sido uma reação ao estresse e às atribulações da vida moderna. Somente esse fato seria

suficiente para dar vida ao turismo, tornando-se uma excelente fonte de renda, que seria proveniente de impostos e outras divisas para a localidade onde ocorre. No entanto, se voltarmos alguns instantes no nosso raciocínio lembraremos que a proposta está sendo o turismo sustentável e temos que pensá-lo de forma coerente e preventiva. Para que o turismo traga benefícios “verdadeiros” é necessário o envolvimento da comunidade nesse processo. Os proprietários do espaço rural podem e devem propiciar ao turista, não somente o descanso, mas sua integração nas atividades rurais, como participar das festas folclóricas e/ou religiosas, não apenas como espectadores, mas integrados, compreendendo a importância daquelas manifestações e valorizando os hábitos daquela comunidade. Porém, para que isso aconteça é necessário que se implante e dê suporte para o incremento sustentável dessas atividades onde as preocupações são: organizações locais e regionais - seu objetivo é desenvolver e mercadizar os produtos turísticos da área. Devem ter a capacidade de unir os agentes envolvidos, de forma a estimular o espírito cooperativo entre eles, além de fornecer apoio

institucional. Em áreas que o turismo se encontra em fase de implantação ou de expansão, estas organizações se apresentam mais necessárias, uma vez que são capazes de representar adequadamente e de articular os interesses voltados para o desenvolvimento da atividade. Para que isso aconteça de forma eficaz Rauschmann cita Hummelbrunner e Miglbauer (1994, p. 47) apontando vários fatores que poderão organizar e dar apoio às atividades no meio rural:

- ⇒ Estruturas de apoio em nível local - devem facilitar a coleta e o aproveitamento adequado de informações, tais como necessidades e as tendências do mercado, a busca de investidores potenciais, o encaminhamento adequado para obtenção de financiamento dos equipamentos, além de prover suporte técnico para os negócios do turismo rural, os projetos e os programas de desenvolvimento.
- ⇒ Estruturas externas - devem prover o marketing adequado do produto em áreas externas à localidade, principalmente naquelas onde se encontram os fluxos de turistas potenciais para a área.

⇒ Consultorias - os prestadores de serviços de consultoria vêm se tornando cada vez mais indispensáveis para o desenvolvimento adequado nas áreas onde o turismo rural se desenvolve. Os especialistas, cada vez mais acessíveis, contribuem com sua experiência e seu conhecimento das técnicas de planejamento a longo prazo. Eles também constituem elementos essenciais para o incremento adequado da atividade e a orientação dos empresários nos investimentos e na operacionalização dos seus negócios.

Em relação aos que praticam o turismo é necessário esclarecer algumas diferenças: primeiro caso: são os moradores de residências secundárias, que são aqueles que passam temporadas no local, como, alguns feriados ou férias escolares ou de trabalho no meio rural. Estes personagens não são bem aceitos pelos moradores fixos, isto devido à tensão criada nas relações. Mas, podemos considerar os prós e os contras dessa situação. Se o residente temporário contribui para inflacionar o valor da terra, por exemplo, ao comprá-la e

posteriormente vendê-la a preços bem superiores, terras essas que poderiam ser aproveitadas pelos agricultores locais, ou ainda, não possuem interesse pelos problemas da comunidade, e não se integram nas atividades culturais, seu lazer é praticado, isoladamente, em suas propriedades,

existe, porém, pontos positivos em sua presença que é fazer pressão nos equipamentos coletivos como rede de distribuição de água, luz, telefonia, tornando-os mais acessíveis àquela região e aos moradores fixos.

O segundo caso são os turistas que, diferentes dos moradores secundários, não têm ligação com o território. Em alguns casos eles voltam, no ano seguinte, quando gostam do local em outros momentos fazem o marketing do local para outros, assim como podem não aparecer mais. Para o turismo rural é importante que esses turistas existam e que, principalmente, entendam e respeitem o jeito, a maneira de viver daquela comunidade. Os agricultores estranham a ociosidade dos turistas, sua ignorância com relação aos problemas agrícolas, a sua não participação/compreensão das atividades culturais locais tais como festas religiosas, folclóricas. No entanto, se pensarmos na

questão sustentabilidade é necessário propor alternativas para o agricultor para que não aconteça um descompasso entre os períodos (temporadas com turistas ou sem), principalmente para aqueles que tornam o turismo rural sua atividade econômica prioritária, e porque na verdade, hoje em dia, estudiosos têm proposto o turismo como algo que agregue valores as atividades rurais principais, e também, por pensar em questões como: manter o trabalhador rural em suas atividades, evitando o êxodo e valorizando o seu produto através do comércio. Para o turismo rural deve-se pensar em uma postura eficiente e cuidadosa, se preocupando com questões ambientais, e não somente lixo ou controle de ruídos, mas, manter o respeito aos valores culturais das comunidades receptoras, bem como tomar o cuidado ao usar equipamentos sofisticados ou serviços que exijam da comunidade um alto grau de especialização, pois não será fácil encontrar recursos humanos aptos no meio rural. O turismo rural tem se mostrado como uma alternativa, ou uma segunda chance a áreas rurais, uma vez que a primeira perdeu-se com a exaustão de sua potencialidade

produtiva pelo uso indiscriminado do solo e pesticidas.

A prática do turismo, na maioria das vezes acontece porque o indivíduo precisa dessa prática; é necessário para ele romper com a rotina. Para a grande maioria dos turistas estar de férias, significa estar em outro lugar, e mudar de “ares”, torna-se essencial para que o processo de relaxamento e descanso aconteça. É o famoso “desligar” dos problemas rotineiros e cotidianos e por isso o turista sai a caça de novos lugares, outras paisagens. Quando tratamos do turismo rural nos deparamos com algumas questões que são problemáticas. Talvez a primeira delas seja a própria definição do nome. Listaremos alguns usados por diferentes autores, que não exclui um ou outro, mas na verdade vem acrescentar e propor diferentes modalidades dentro do espaço rural. Temos, então: ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura. O termo turismo rural tem sido usado por alguns autores(CALS, CAPELLÁ e VAQUÉ apud GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 2000) definindo as atividades que em maior medida identificam-se com as especificidades

da vida rural, seu habitat, sua economia, sua cultura e quando turista se hospeda no meio rural e participa de forma lúdica das atividades rurais ali desenvolvidas.

O turismo rural tem crescido muito e possivelmente isso se deva ao fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica que vivem hoje as sociedades fortemente urbanizadas, a preocupação que se implantou com a degradação do meio ambiente e até mesmo uma negativa as empresas de turismo na maneira que elas impõem seus pacotes turísticos. Há outros fatores que também contribuem com esse crescimento: preços mais acessíveis, viagens em território nacional, lugares mais próximos, oportunizando pequenas viagens que podem ser praticadas fora do período de férias (de um mês) que são consideradas tradicionais e por isso os preços sofrem grandes altas, dificultando e tirando a oportunidade de alguns turistas viajarem. Na área rural as modalidades podem ser muito diversificadas e talvez por isso devamos usar “turismo em áreas rurais”, pois desta maneira não só abarcará os serviços considerados não agrícolas, tradicionalmente denominado de turismo rural ou agroturismo, como

aqueles de lazer realizados no meio rural denominados turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de negócios e turismo de saúde. Essa diferenciação entre possibilidades e modalidades são necessárias ao entendermos que algumas atividades como spa rural, centro de convenções no campo, treinamentos de executivos, são realizados em áreas que possuem uma localização privilegiada geograficamente, mas são atividades externas ao mundo agropecuário. Algumas dessas atividades como o ecoturismo, podem tornar-se fonte alternativa de renda principalmente se essa propriedade apresentar situações restritivas às atividades agropecuárias ou mesmo não poderem ser praticadas como no caso de áreas preservadas da Amazônia, no Pantanal e na Mata Atlântica. Nesses casos aplicam-se essas novas funções, que fogem da dinâmica da agropecuária tradicional.

Essas novas atividades de lazer, a educação ambiental, a proteção da paisagem têm sido chamado de bens não- materiais. As atividades ligadas ao agroturismo, fazenda hotel, caça, pesca o artesanato, vendas diretas do produtor, a industrialização caseira, proporcionam aos moradores do campo uma retomada de seu estilo de vida. O

importante nessas atividades é que elas geram renda extra, fortalecendo o ganho dos produtores rurais, considerando que sua rentabilidade com os negócios tradicionais, vem através dos tempos, sofrendo uma perda. Nesse caso

o importante é que essas atividades acontecem dentro da propriedade “on farm”, e geram ocupações complementares às atividades agrícolas (muitas vezes geram renda maior que as atividades agrícolas), e como dissemos anteriormente isso contribui para manter o homem no campo.

É necessário observar que algumas atividades, como o ecoturismo, consegue abranger um espaço menor, pois para que o mesmo aconteça é necessário atrativos naturais singulares o que não acontece em todo meio rural. Um outro problema que o ecoturismo apresenta é que normalmente a renda gerada por esse tipo de atividade não “fica” na comunidade local (vai para agentes intermediários dos centros urbanos) e isso é preocupante, pois pensamos em atividades que melhore as condições de renda e conseqüentemente de vida do homem que vive no campo e do campo. A partir dessa preocupação o CONAMA

(Conselho Nacional de Meio Ambiente) estuda a proposta de resolução e regulamentação do ecoturismo, em que tenta entre outros objetivos, garantir que os produtos ecoturísticos, para receber prioridade em incentivos públicos, sejam apenas aqueles que, entre outras características, integrem as comunidades no processo de ecoturismo e observem o respeito e a valorização da cultura local e sua inserção nos produtos ecoturísticos, trazendo benefícios sociais econômicos (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p.23).

O PATRIMÔNIO CULTURAL

O que denominamos patrimônio tem vários significados. O mais comum é o conjunto de bens que uma entidade ou pessoa possuem. Podem ser classificados em dois grandes divisores: natureza e cultura. No nosso caso vamos nos preocupar com o patrimônio cultural sabendo que esse conceito tem sido ampliado à medida que se estuda e revisa o conceito de cultura.

Até a metade do século XX acreditava-se que **patrimônios** eram obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo associadas às classes dominantes,

pertencentes à sociedade política ou civil. Porém o conceito de cultura vem mudando e passou-se a entender que patrimônio cultural não eram só os bens **materiais** (pintura, escultura, arquitetura) , mas notaram a existência uma cultura que passava de geração em geração e que não possuía a **materialidade** das primeiras, que eram a música, a literatura, dança, mas, como as primeiras necessitava de proteção e conservação. Temos ainda o legado cultural das minorias, dos relegados que passou a ser estudado e contado através da história social, a relação entre diferentes segmentos que compõem as sociedades estudadas mostrando-nos suas condições de trabalho ,lazer, religião, música.Se a nossa sociedade está tão “desprotegida” financeiramente, como manter esse imenso Patrimônio, em especial os exemplares arquitetônicos, se o Estado há muito retirou-se de áreas essenciais como saúde e educação? Nessa condição , com certeza o governo jamais pensaria em destinar uma pequena parte ,que fosse, para a conservação de prédios históricos, e por outro lado o proprietário (em sua maioria não) possui condições financeiras para a manutenção dos bem e torna-se mais

sedutor para ele vender o imóvel para a construção de outros prédios, perdendo-se pouco a pouco elementos de nossa história. Mas a falta de incentivo ou de políticas efetivas leva-nos a seguinte questão: para quem ficaria o encargo de conservação e manutenção desse patrimônio cultural? Mais uma vez encontramos no turismo uma nova perspectiva para a conservação desse bem. Em pesquisas realizadas chegou-se a alguns dados como o crescimento do turismo urbano justamente pela procura de cultura e dentro desse tema à procura por turismo histórico e cultural. Mas, que fique claro, esses turistas não querem (só) lugares históricos de grandes feitos, sacralizados, querem também a “*petit histoire*”, história das minorias. Querem aprender sobre outras culturas e isso faz com que haja uma revitalização no processo cultural trazendo benefícios para Museus, que passam a ser sustentados por atividades turísticas e benefícios para as comunidades hospedeiras desse turismo. No entanto, é necessário reconhecermos esse turista e sabermos qual categoria sócio-antropológica se enquadra, pois isso mostrará os caminhos que deveremos seguir, já que pensamos no turismo

sustentável, otimizando a proteção do meio ambiente, tanto natural quanto cultural, do núcleo receptor.

Eric Cohen em 1972 e Valene Smith em 1979 (apud BARRETO, 2000) propõem um modelo de classificação de turistas chamado “modelo internacional” que da aporte suficiente e ajudam o planejador definir tipo de turistas que quer trazer para seu núcleo, ou seja, comunidade receptora. Os turistas de massa são aqueles que causam maiores impactos no ambiente e na cultura, embora sejam os que menos tem contato com a população local.

Os turistas **não institucionalizados** são aqueles que causam menos impacto ao meio, mesmo porque o número é pequeno. São pessoas que procuram contato com a população local, respeitam seu modo de vida, adaptando-se a sua cultura porque, na verdade, são consumidores mais de um estado de espírito do que de coisas materiais. Esses turistas se propõem a fazer turismo diferente, desde atravessar grandes distâncias de bicicleta, percorrer desertos sem nenhuma estrutura, túneis feitos durante guerras ou **turismo rural**, e nesse caso a proposta é a plena integração nas tarefas e “lidas” do campo, ordenhando,

plantando, preparando alimentos caseiros. Existem outros tipos de turismo para o turista alternativo como de aventura e fantasia, surpresa que a pessoa não sabe o que vai fazer e em muitos casos são coisas arriscadas e acabam até em morte. Existe uma proposta de turismo de interesse específico e que pode ser praticada por um número considerável de pessoas: é o **turismo cultural**.

Esses turistas estão na “classificação” dos turistas não institucionalizados. Esse tipo de turismo independente de sua condição socioeconômica, mas, com certeza, muito mais por sua formação, escolaridade, informações e nível cultural. Esses turistas são consumidores de serviços, paisagens (urbanas ou rurais) e cultura **não material**. Não são turistas preocupados em comprar “lembranças” (souvenirs), mas de ter o prazer de ter vivido e experimentado tais conhecimentos. Esse turista é de grande interesse, para o turismo sustentável, pois será sempre um consumidor consciente e não um “predador” do meio ambiente ou da cultura local.

O turismo cultural é aquele que tem como atrativo o patrimônio cultural e os bens podem ser tombados ou não, mas

o importante é que apresentem características que são importantes para a história e a cultura do local. É necessário “investir” no turismo não institucionalizado e criar condições adequadas para recebê-los e não preocupar se o ganho financeiro é menor e acontece de forma paulatina. É bem mais consciente que aconteça dessa forma do que aquelas feitas com grandes massas de pessoas e que resultam na destruição de estruturas econômicas, políticas e culturais, pois esta atinge nossa proposta diretamente, fazendo desarticular a intenção de conservação e preservação que se propõe através do turismo.

É através de projetos de turismo que muitas vezes, bairros ou centros históricos de cidades são “salvos” da total deterioração assim como aconteceu no Pelourinho, em Salvador, o centro histórico do Recife, o centro de São Paulo e Rio de Janeiro, que hoje, estão revitalizados, voltaram a ter no lugar o trânsito de lazer dos habitantes da cidade, e, por consequência, dos turistas.

É sabido que mudanças podem trazer alguns questionamentos e no caso da revitalização dos espaços isso acontece com frequência. Se vende muitas vezes

a idéia de que com a revitalização todas as pessoas (habitantes do lugar) terão emprego proporcionado pelo turismo, e haverá, com isso, uma melhora de vida. No entanto, esses lugares já estavam tão “deteriorados”, tanto na arquitetura como nos costumes, abrigando ali marginais, prostitutas, trabalhadores sem nenhuma qualificação profissional, pessoas comuns que nesta revitalização não conseguem manter-se no local e são expulsos para muito longe dificultando ainda mais a sua vida. É aí que esbarramos em um grande problema que seria como absorver essa mão-de-obra se a maioria não possui nenhuma formação, por outro lado, como não revitalizar e oportunizar que um número maior de habitantes desfrutem e transitem pelo local? Se uns são excluídos da permanência no local, outros haviam sido há algum tempo e ambos precisam e tem o direito de participar, ter contato com seu lugar de origem, sua história.

Nesse caso é necessário um instrumento de grande valia e que pouco tem sido usado pelas nossas autoridades, que é a educação. Dar a população condições de se inserirem no processo, pois, é direito é cidadania.

Recriar os espaços coletivos é estimular a **memória coletiva**, e essa consegue desencadear, no cidadão, laços de respeito consigo mesmo, com sua história e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos, hoje, no turismo uma grande expectativa para a melhoria de vida das comunidades, onde a integração turista e população seja tranqüila e eficiente com grandes acréscimos de conhecimentos para quem chega e ali permanece por algum tempo, assim como, para aqueles que ali vivem. O desenvolvimento sustentável é hoje uma preocupação e sabemos que toda mudança traz dúvida, receios de não se estar fazendo a coisa certa de se estar dando o passo correto, porém, cabe-nos a humildade de nos espelhar em projetos com resultados positivos. Quando pensamos em resultados positivos não estamos pensando somente na questão financeira (importante, porém, perigosa), mas antes de tudo na comunidade receptora. É nela que devem estar as nossas preocupações, incluindo-a, tornando-a participativa, questionadora, sabedora de seus direitos e deveres respeitando seu espaço, sua vida, enfim suas culturas.

BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2000 (Coleção Turismo).

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, J. P. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 15-62. (Coleção Turismo).

PIRES, P. dos S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 117-132. (Coleção Contexto).

RUSCHMANN, D. van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 15-62. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, A. M. Turismo e sustentabilidade. **Revista de Geografia**, Santa Maria, n. 09, p. 47-54, jan./jun. 1999.